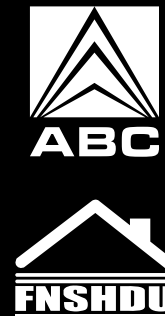


REVISTA BRASILEIRA DA

Habitação



ANO 4 • Nº 5 • SETEMBRO/2012

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO E
FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- SELO DE MÉRITO PREMIA PROJETOS QUE MELHORAM A VIDA DO CIDADÃO
- ABC E FNSH DU DEFENDEM A PAUTA DA HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL
- ARTIGO | CARLOS MARUN**
OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Moradia digna

Fórum Nacional aborda os principais temas do setor: PAC e PMCMV, desastres naturais e regularização fundiária

ENTREVISTA | **Aguinaldo Ribeiro**

Ministro das Cidades fala do déficit habitacional



EXCELSIOR HABITAÇÃO PROTEÇÃO DA FUNDAÇÃO DO IMÓVEL AO SORRISO DO COMPRADOR.



O sucesso de um empreendimento imobiliário depende de um bom projeto, de investidores, de compradores e de financiadores. Mais do que tudo isso, é fundamental a tranquilidade de todos os participantes do processo.

Seguro Habitação em Apólice de Mercado

Proteção às famílias dos adquirentes de imóveis | Qualidade da construção | Tranquilidade para o financiador e o investidor | Garantias para o construtor.

Produto titulado, que oferece através de apólice única várias coberturas, que podem ser customizadas.

- Danos físicos no imóvel
- Vida e invalidez permanente
- Responsabilidade civil do construtor
- Invalidez temporária
- Auxílio funeral
- Risco de engenharia
- Garantia de desempenho, de qualidade e de prazo

EXCELSIOR SEGUROS

DESDE 1943

www.excelsiorseguros.com.br
excelsior@excelsiorseguros.com.br



ENTREVISTA | 9

MINISTRO AGINALDO RIBEIRO

Fala sobre investimentos e desafios para a habitação sustentável



EDITORIAL 4

Sustentabilidade na agenda nacional: ABC e FNSH DU participam da Rio+20

ARTIGO 7

Carlos Marun, presidente do FNSH DU fala sobre a importância da habitação para enfrentar a crise no Brasil

13 Fórum de Habitação – Estados e municípios trocam experiências e debatem os principais temas da habitação de interesse social

14 Projetos premiados: Selo de Mérito reconhece melhores práticas nacionais

27 CASOS DE SUCESSO

O importante trabalho que estados e municípios estão desenvolvendo pela habitação de interesse social no Brasil



REVISTA BRASILEIRA DA
Habitação

ANO 4 • Nº 5 • SETEMBRO/2012

ISSN 2176-5693

A REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO
É UMA PUBLICAÇÃO DA ABC E DO FNSH DU

SCN Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 1907, CEP 70711-903, Brasília/DF, Telefone: (61) 3327.2003, Fax: (61) 3327.2006, contato: abc@abc.habitacao.org.br

EXPEDIENTE – Coordenação editorial: **Nelson Nicolau Szweg** • Jornalista responsável: **Edson de Andrade Lima** (MTB 9688/DF) • Colaboração: **Cecília Parlatto** • Projeto Gráfico e Diagramação: **Grifo Design** • Revisão: **Denise Goulart** • Fotos: **Divulgação ABC e Banco de Imagens Shutterstock** • Impressão: **Gráfica Athalaia** • Tiragem: **15 mil exemplares**. Distribuição gratuita para todos os estados e municípios brasileiros.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO (ABC)

Presidente: **Mounir Chaowiche** (Cohapar/PR) • Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Edison Bastos Gasparini** (Cohab Bauru/SP) • Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB) • Vice-presidente de Desenvolvimento Social: **Bruno Feitosa Barbosa** (Cehab/RJ) • Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **Octacílio Machado** (Cohab/MG) • Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro de Habitação: **Marcos Roriz** (Agehab/GO) • Diretor Regional Norte: **Carlos A. Santiago** (Cohab/AC) • Diretor Adjunto Regional Norte: **Sidney Robertson Oliveira de Paula** (Suhab/AM) • Diretor Regional Nordeste: **Gilberto Medeiros** (ADH/PI) • Diretor Adjunto Regional Nordeste: **José Guilherme de Almeida Barbosa** (Secretaria de Habitação Social de João Pessoa/PB) • Diretor Regional Centro-Oeste: **Paulo Matos de Oliveira** (EMHA Campo Grande/MS) • Diretor Adjunto Regional Centro-Oeste: **Luciano Queiroga** (Codhab/DF) • Diretor Regional Sudeste: **Antonio Carlos Amaral Filho** (CDHU/SP) • Diretor Adjunto Regional Sudeste: **Aristeu Bueno de Souza** (Cohab Campinas/SP) • Diretor Regional Sul: **Ibson Gabriel Martins de Campos** (Cohab Curitiba/PR) • Secretário Executivo: **Nelson Nicolau Szweg** • CONSELHO FISCAL • Presidente: **Nelson Parente Júnior** (Cohab Santos/SP) • Membro: **Maria das Graças Soares** (Previ Niterói/RJ) • Suplente: **Mirian Paulatti** (Agehab/MS).

DIRETORIA DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (FNSH DU)

Presidente: **Carlos Eduardo Xavier Marun** (MS) • 1º Vice-presidente: **Cícero de Carvalho Monteiro** (BA) • 2º Vice-presidente: **Silvio Torres** (SP) • Secretário Geral: **Olavo Bilac Pinto Neto** (MG) • Secretário Geral Adjunto: **Marco Antonio de Araujo Fireman** (AL) • Diretor Região Norte: **Raimundo Frota** (TO) • Diretor Região Norte Adjunto: **Marcio Godoy Spíndola** (PA) • Diretor Região Nordeste: **Nilton da Mota S. Filho** (PE) • Diretor Região Nordeste Adjunto: **Carlo Ferrentini** (CE) • Diretor Região Centro-Oeste: **Geraldo Magela** (DF) • Diretor Região Sudeste: **Rafael Picciani** (RJ) • Diretor Região Sudeste Adjunto: **Iranilson Casado Pontes** (ES) • Diretor Região Sul: **Marcel Frison** (RS) • Diretor Região Sul Adjunto: **Cassio Taniguchi** (PR).

Habitação sustentável



Mounir Chaowiche

Presidente da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação

Esta edição da Revista Brasileira da Habitação destaca o tema da sustentabilidade. Os debates no 59º FNHIS, a nossa participação na Rio+20, a ênfase nos projetos premiados com Selo de Mérito 2012 demonstram a importância cada vez maior do tema na agenda da habitação de interesse social no Brasil.

A habitação popular passou por diversas mudanças ao longo dos anos. A velha forma de produção tinha a finalidade precípua de acomodar as pessoas, independente dos locais, ou sem a infraestrutura necessária. Hoje, com a constante preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida, a sustentabilidade é fator fundamental. O nosso desafio é com a produção da moradia digna.

Devemos pensar na construção de casas populares com projetos urbanísticos integrados à paisagem urbana, que saiam do patamar de conjuntos habitacionais e ganhem o conceito de construção de bairros, com todos os equipamentos que permitam um convívio saudável e democrático entre as famílias, e as condições de acesso aos serviços básicos necessários. Tais objetivos devem ser perseguidos pelos estados e assegurados pelos municípios na aprovação dos projetos.

É igualmente fundamental promover a regularização fundiária e recuperar as áreas hoje ocupadas irregularmente, com a criação de parques e reflorestamento, de modo a preservar a natureza e garantir que não haja novas ocupações.

O trabalho social deverá envolver a população, visando garantir a permanência das famílias em suas residências e prepará-las em relação à (nova) vida comunitária. Sempre que houver possibilidade, as comunidades locais devem ser envolvidas também no trabalho de recuperação ambiental. Nos locais onde estamos fazendo isso, somos gratificados por constatar o interesse e a participação das crianças neste processo, o que nos assegura que estamos contribuindo para que as novas gerações se preocupem com a sustentabilidade do planeta.

Também é importante utilizar tecnologias sustentáveis nos projetos, de modo a reduzir o custo, dar agilidade na obra e ter menor produção de lixo nos canteiros.

Praticar a sustentabilidade na habitação é necessário e imprescindível para levar moradia digna às famílias e cuidar do meio ambiente, garantindo qualidade de vida às futuras gerações.



O compromisso da CAIXA é promover a habitação de interesse social, especialmente, por meio de parcerias. Sabemos que com as Cohabs nós podemos avançar mais. Precisamos de parcerias para superar as dificuldades e garantir a habitação ao brasileiro, pois, sem uma casa, muitas coisas que fazem parte de uma estrutura familiar ficam comprometidas.

José Urbano Duarte • Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal

Habitação de interesse social só se faz com parceria. O Banco do Brasil precisa das Companhias de Habitação e do conhecimento da CAIXA para cumprir as metas do Programa Minha Casa, Minha Vida, especialmente as destinadas à população de baixa renda. É um prazer para todos do banco entrar no programa como mais um apoiador e participar de algo tão nobre, que é ajudar a realizar o sonho de dignidade das pessoas.



Gueitiro Matsuo Genso • Diretor de Crédito Imobiliário do Banco do Brasil



A ABC e o FNSH DU estão de parabéns pelo prêmio Selo de Mérito, que a cada ano vem aperfeiçoando o escopo que incorpora os instrumentos criados para melhorar a implementação da política habitacional sustentável. O atendimento habitacional é apenas um componente do que pode mudar a vida das pessoas. No entanto, é preciso incorporar estratégias que permitam garantir o círculo virtuoso na vida dessas pessoas, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Inês Magalhães • Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

A ABC e o FNSH DU fizeram um trabalho excepcional, convencendo a mim e a toda Câmara dos Deputados, da importância da inclusão dos municípios de até 50 mil habitantes no Programa Minha Casa, Minha Vida. Na verdade, a situação era óbvia. Os habitantes dos pequenos municípios iriam migrar para os grandes, pelo sonho da casa própria, agravando os problemas das capitais. A presidenta Dilma Rousseff, que antes era contrária à ideia, agradeceu à iniciativa durante a solenidade de anúncio dos municípios contemplados com o Programa MCMV SUB 50.



Henrique Eduardo Alves • Deputado Federal



Vejo como grandes avanços do Programa Minha Casa, Minha Vida contemplar os municípios de até 50 mil habitantes e o reconhecimento da mulher como chefe de família, com a possibilidade dela mesma assinar os contratos da casa própria. São grandes conquistas que aprimoram o projeto, com a importante participação da Câmara dos Deputados, onde eu tive a honra de ser relator da MP do PMCMV e contei com a imprescindível parceria da ABC e do FNSH DU.

André Vargas • Deputado Federal

O Programa Minha Casa, Minha Vida fez uma grande distribuição de renda e geração de empregos no país. Com a construção das unidades habitacionais por todo o Brasil, surgiu uma nova economia. A Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados, está à disposição das Cohabs e Agentes Públicos de Habitação para superarmos, juntos, os problemas enfrentados durante o processo.



Mauro Mariani • Deputado Federal e Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados

PROJETO “REGISTRO DE DOCUMENTOS EM AÇÃO”

O projeto “Registro de Documentos em Ação”, idealizado pelo Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, instituição sem fins lucrativos, tem como objetivo conceder o registro de posse gratuito para moradores de comunidades carentes do Rio de Janeiro. O instituto estima que mais de 4,5 mil famílias de baixa renda foram atendidas pelo projeto, que não conta com nenhum patrocínio.

ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SÃO FINANCIADOS

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), abriu a Chamada Pública para selecionar projetos de pesquisa acadêmicos sobre o PMCMV e PAC. Serão financiados itens de custeio e bolsas para a execução de projetos de pesquisa, com duração de 18 meses, cujo orçamento máximo deverá ser de R\$ 150 mil.

IPEA divulga estudo sobre impacto do PMCMV Sub 50 nos municípios

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou um comunicado sobre os aspectos institucionais do Programa Minha Casa, Minha Vida para a elaboração de prognósticos da provisão habitacional de interesse social. De acordo com esse comunicado, é louvável que o MCMV expanda a perspectiva de provisão habitacional para os pequenos municípios, afastando-se de um retrospecto de produção limitada com recursos do Orçamento Geral da União.

O documento também recomenda que haja um efetivo funcionamento dos conselhos de habitação, elaboração de planos habitacionais de interesse social, entre outros, para que o programa avance.

Para conferir a publicação completa, acesse: www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/08/120503_comunicadoipea0146.pdf

Plano de Gestão de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a desativação de todos os lixões do país até 2014, e prevê que os municípios estipulem metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, por meio de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

O prazo para apresentação dos planos municipais terminou no dia 2 de agosto, mas não impede que novos planos sejam enviados para liberação da possibilidade de financiamento com recursos federais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, foram contratados, até o momento, 283 planos, em 17 estados.

Energia solar é viável para 15% dos lares brasileiros

Um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, mostra que a produção residencial de energia solar, a chamada geração distribuída, já é economicamente viável para 15% dos domicílios brasileiros. O custo da geração nas residências brasileiras, a partir de um equipamento de pequena potência, é R\$ 602 por megawatt-hora (MWh), mais barato do que a energia vendida por dez das mais de 60 distribuidoras de energia.

**Brasil ocupa quarta colocação em construção sustentável**

O Brasil ocupa a quarta colocação do mundo em número de construções ecologicamente corretas. Há cinco anos, existiam apenas oito empresas com a certificação em andamento. De acordo com matéria do jornal Zero Hora, o estado de São Paulo é o primeiro em número de empreendimentos certificados no país, seguido do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Habitação de interesse social volta a avançar, apesar da crise



Carlos Marun

Presidente do FNSH DU

Ultrapassamos a metade de 2012 e as nuvens no horizonte se não são negras, também não repetem a absoluta calma de alguns meses atrás. A crise econômica mundial insiste em não acabar e países consolidados, especialmente europeus, vão caindo um a um como se fossem peças de um jogo de dominó. Os próprios BRICS, cujos desempenhos econômicos há muito não serviam de exemplo e possibilitavam a seus líderes viajarem pelo mundo “ensinando” suas fórmulas de sucesso, já não exibem a mesma robustez. E é nestes mares que a nau Brasil vai ter que navegar nos próximos meses ou anos e é aí que o nosso modelo econômico vai ter que realmente dizer a que veio.

A boa notícia é que no nosso setor as coisas parecem que voltaram a andar nos eixos. Não com as mesmas facilidades, mas com rumo. Depois de um início um tanto errático para um governo de continuidade, os novos normativos foram definidos e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) voltou a avançar. Ficou o gosto amargo provocado pelo cancelamento e redistribuição das cotas do leilão do programa destinado aos municípios de até 50 mil habitantes (Sub 50), que atrasou a implantação do programa em no mínimo irrecuperáveis 60 dias, mas a verdade é que estamos avançando.

Todavia, não podemos esquecer que se a primeira onda da crise mundial chegou até nós como uma simples “marolinha” isso se deve em muito à participação do nosso setor no processo de robustecimento de crescimento do nosso país. Na trincheira do bom combate aos efeitos da crise, nós, com nossas moradias, fomos soldados heróicos e penso que se o governo quer que mais

uma vez a habitação seja protagonista nesta luta pela defesa da nossa economia, são necessárias novas, ousadas e rápidas decisões sobre questões da maior relevância, conforme segue:

- solução do caso criado pela intervenção no Banco Morada, agente financeiro repassador de recursos do PMCMV Sub 50, que deixou inacabadas milhares de moradias nos pequenos municípios;
- realização de um novo leilão do Sub 50 até o final de 2012;
- estabelecimento de normatização que facilite ações de desfavelamento no âmbito do PMCMV;
- inclusão da meritocracia nos critérios de distribuição das moradias entre as unidades da federação;
- adequação das normas do PMCMV Entidades ao fato de serem implantados por entidades e permissão de que o mesmo seja operado através de outros agentes além da CAIXA;
- nova seleção do PAC Habitação;
- definição do Governo Federal acerca do Projeto de Lei nº 3.057/2000, que visa à revisão da legislação de parcelamento do solo urbano, em tramitação no Congresso Nacional;
- estabelecimento da vinculação orçamentária para habitação em todos os níveis federativos pelos próximos 15 anos, conforme a PEC 285/2008.

São medidas de diversas complexidades, mas que, ao meu ver, se tomadas, contribuirão para que mais uma vez façamos a nossa parte no sentido de que o tsunami que atinge o mundo mais uma vez chegue aqui como uma marola que mal balança os barcos nas belas marinas existentes no litoral do mais belo dos países do mundo, o nosso Brasil.



Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Cidades

NESTA ENTREVISTA À REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO, O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, AGUINALDO RIBEIRO, FALA SOBRE OS INVESTIMENTOS NO SETOR, REFORÇA A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS COM ESTADOS E MUNICÍPIOS E ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO SOCIAL COMO FORMA DE ENFRENTAR O DÉFICIT HABITACIONAL DE MANEIRA SUSTENTÁVEL.

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO

– Quais os principais avanços na habitação de interesse social desde que o senhor tomou posse como Ministro de Estado das Cidades?

AGUINALDO RIBEIRO – Os instrumentos necessários para efetivação da política habitacional no país já foram construídos. O desafio, agora, é buscar apoio dos municípios para dar prioridade às ações, como a regularização fundiária, com o objetivo de acelerar a sua implementação. Neste ano, o número de unidades habitacionais contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida aumentou. Em menos de sete meses, o volume de contratação já é superior a 80% do que foi contratado no ano passado. O investimento superou a marca de R\$ 100 bilhões e mais de 830 mil unidades foram entregues. Além disso, em abril, a presidenta Dilma Rousseff anunciou o aumento da meta do programa para 2,4 milhões de moradias. Outro ponto importante para destacar são as ações do Programa de Aceleração do Crescimento na área de Urbanização de Assentamentos Precários, onde foram aplicados R\$ 25 bilhões em 924 assentamentos. As

obras de saneamento, infraestrutura, equipamentos públicos, melhorias e construção habitacional beneficiam 1,8 milhão de famílias.

RBH – O Ministério das Cidades participou de vários debates na Conferência das Nações Unidas sobre Sustentabilidade, a Rio+20. Quais os principais desafios para a construção de cidades mais sustentáveis?

AR – A construção de cidades sustentáveis no Brasil passa pela consolidação de uma agenda específica, que dialogue com os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. Essa agenda ainda está em processo de consolidação, mas deve partir do compromisso com o combate à exclusão socioespacial e com o crescimento econômico com inclusão social. Isso significa desenvolver estratégias de grande escala, tanto no enfrentamento dos passivos socioambientais, como os déficits de saneamento e de moradia, quantitativos e qualitativos, como de planejamento para o crescimento futuro sustentável. Nesse contexto, os desafios são a distribuição espacial dos investimentos públicos de forma mais equitativa e a busca

"A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E O FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO PODEM REFORÇAR AINDA MAIS SEU PAPEL DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS E ESTADOS PARA APRIMORAR OS MECANISMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO EXISTENTE."

por reduzir os impactos da infraestrutura urbana, investindo na qualidade, na variedade de soluções e na atenção a toda a cadeia produtiva da construção civil. A revisão da nossa matriz de mobilidade urbana, que é baseada no uso do automóvel individual em detrimento do transporte coletivo em massa, também está entre os maiores desafios para alcançarmos cidades mais sustentáveis.

“UM DOS DESAFIOS [PARA CIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS] É REDUZIR OS IMPACTOS DA INFRAESTRUTURA URBANA, INVESTINDO NA QUALIDADE, NA VARIEDADE DE SOLUÇÕES E NA ATENÇÃO A TODA A CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.”

RBH – Quais os principais obstáculos para que a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida fique dentro da meta esperada para este ano?

AR – Em especial, na faixa 1, o desafio é que haja um esforço ainda maior dos municípios para aumentar a parceria na implementação dos projetos. O município deve se preparar do ponto de vista do planejamento urbano e dar celeridade às aprovações necessárias e aos demais processos.

RBH – Qual a expectativa do Ministério das Cidades no que diz respeito ao trabalho social feito junto às famílias de baixa renda que adquiriram habitação de interesse social? Quais avanços esse trabalho trouxe às cidades e qual a importância das Companhias e Agentes Públicos de Habitação nesse processo?

AR – Temos absoluta convicção do trabalho social como um componente estratégico na implementação dos nossos programas. A estratégia social desenhada para os novos empreendimentos ou para intervenções em favelas é uma oportunidade de fortalecer essas comunidades. Além da ampliação do acesso aos serviços e equipamentos culturais e sociais, devem ser criadas novas oportunidades de inclusão produtiva e empoderamento das comunidades, a fim de que a nova moradia seja também a mudança de patamar da organização social. Isso contribui para a sustentabilidade desses novos empreendimentos.

No Programa MCMV, os agentes públicos não são executores de obras, mas promotores do planejamento, para viabilização da estratégia de coesão social das novas comunidades e sua sustentabilidade como uma parte da cidade, a qual poderá prover o acesso a todos os benefícios para o cidadão.

As Companhias e Agentes Públicos de Habitação, pela sua tradição na abordagem social da questão habitacional, podem contribuir bastante para o atendimento das diretrizes da Política Nacional de Habitação e do Trabalho Social, expressa em todos os documentos publicados pelo Ministério das Cidades. Podem também ajudar na articulação com entidades, para integração de programas governamentais e não governamentais que possam auxiliar no alcance dos objetivos do trabalho social com as famílias.

RBH – Qual a sua opinião em relação ao trabalho que a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação e o Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano desempenharam em relação à articulação junto aos estados e municípios e o Governo Federal?

AR – A Associação Brasileira de Cohabs e o Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano podem reforçar ainda mais seu papel de articulação com os municípios e estados, para aprimorar os mecanismos da política nacional de habitação existente. Além disso podem organizar uma agenda junto aos entes para parcerias na implementação de projetos.

RBH – A Caixa Econômica Federal diminuiu os juros imobiliários e aumentou o prazo para a quitação do financiamento. O Banco do Brasil, este ano, aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida. O Ministério já tem uma estimativa de como essas ações impactarão no déficit habitacional?

AR – O enfrentamento do déficit habitacional é um desafio que pressupõe dar conta de um passivo de seis milhões de pessoas sem moradia adequada e dar conta da demanda anual com a constituição de novas famílias. O importante, além dos instrumentos da política habitacional é o equacionamento das despesas, com estabilidade econômica, queda dos juros e melhoria do acesso ao financiamento. Nesse sentido, estamos no caminho certo.

RBH – Este ano foi sancionada a Lei Federal 12.608 que determina que estados e municípios adotem medidas necessárias para a redução dos riscos de desastres. Além dessa, que outras ações o



"AS COMPANHIAS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO, PELA SUA TRADIÇÃO NA ABORDAGEM SOCIAL DA QUESTÃO HABITACIONAL, PODEM CONTRIBUIR BASTANTE PARA O ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E DO TRABALHO SOCIAL EXPRESSA EM TODOS OS DOCUMENTOS PUBLICADOS PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES."

Governo Federal tem realizado para minimizar os riscos? Haverá nova seleção de municípios para o PAC Urbanização de Favelas e Retenção de Encostas?

AR – O Governo Federal lançou, no último dia 8 de agosto, o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. O ponto diferencial desse plano é a ação conjunta de governo, com a integração de diversos ministérios, uma ação inédita para enfrentamento dos desastres naturais no país. O objetivo é prevenir tragédias em regiões atingidas por desastres naturais e fenômenos climáticos, por meio de um conjunto de ações, compostas por quatro eixos de atuação: Eixo Prevenção, com obras estruturantes nas regiões prioritárias; Eixo Mapeamento, com

o mapeamento das áreas de risco; Eixo Resposta, com ações estruturadas de preparação e resposta à ocorrência de desastres; e Eixo Sistema de Monitoramento e Alerta, com ações de estruturação da rede de monitoramento, previsão e alerta. Os investimentos, da ordem de R\$ 18 bilhões, serão aplicados, até 2014, em obras de contenção de encostas, drenagem, contenção de cheias, barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água, além da formação de equipes de controle e gestão, fortalecimento do departamento da Defesa Civil e constituição de novos fundos para atender emergências. Na área de prevenção, da qual o Ministério das Cidades é responsável, estão previstos R\$ 15,6 bilhões para obras contra inundações e deslizamentos, como drenagem e

contenção de encostas e cheias, além de ações de combate à seca, como a construção de barragens, adutoras e sistemas urbanos de abastecimento de água. Serão beneficiados 170 municípios de 17 regiões metropolitanas e bacias hidrográficas prioritárias. Até o momento, já foram investidos R\$ 6,5 bilhões em obras nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e região serrana do Rio de Janeiro.

Quanto ao PAC Contenção de Encostas, a seleção depende de decisão do Grupo Executivo do PAC, coordenado pelo Ministério do Planejamento. Já com relação ao PAC Urbanização de Favelas, ainda não tem data definida.

ABC e FNSHDU participam da Rio+20

As instituições levaram experiências de sucesso do setor habitacional ao maior evento de sustentabilidade do mundo



Renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Esse foi o principal objetivo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro entre 13 e 22 de junho. O evento, mais conhecido como Rio+20, devido a ser realizado 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco92, contou com a participação da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação e do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

O presidente da ABC, Mounir Chaowiche, destacou a relevância e importância do evento para o setor habitacional. “Estivemos na Rio+20 para trazer experiências de políticas habitacionais visando ao resgate da cidadania por meio da habitação. No estande da ABC e FNSHDU, mostramos vários exemplos de companhias e agentes públicos de habitação para os visitantes tanto do Brasil como de outros países. Essa troca de experiências com o público e outras entidades é muito importante para o desenvolvimento de ações que integram o desenvolvimento com o meio ambiente”, afirmou Chaowiche.

De acordo com o presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSHDU), Carlos Marun, a sustentabilidade ambiental deve ser uma preocupação de todos, principalmente nesse momento em que grande quantidade de habitações está sendo construída no Brasil. “A produção de milhões de moradias certamente gerará impactos ambientais. É importante que todos atuem para minimizar esses impactos. Qualquer conquista que se tenha na construção de moradias, por menor que seja, quando multiplicado por um milhão, se torna um grande ganho. Por isso é preciso que se pense em alternativas sustentáveis, mas que sejam aplicáveis em grande escala”, destacou Marun.

Para Mounir Chaowiche, um dos desafios do desenvolvimento sustentável é a dificuldade de acesso a áreas adequadas para moradia de interesse social, além da necessidade de reassentamento e retirada de famílias de áreas de risco. “A construção de moradias contribui para a expansão e desenvolvimento de uma cidade. Temos que desenvolver projetos dentro de um custo adequado visando ao desenvolvimento sustentável tanto na implantação dos empreendimentos, na composição dos bairros, com equipamentos comunitários e transporte público, como na qualidade da construção. É preciso evitar desperdício de materiais, trabalhar com novos sistemas construtivos para reduzirmos custos e prazos, além de dar a preferência a produtos que não afetem o meio ambiente”, disse Chaowiche.

O mundo que queremos

A Rio+20 mobilizou chefes de Estado do mundo todo. Foram 10 dias de negociações para se chegar a um documento chamado de “The future we want” (O mundo que queremos). De acordo com o texto, os governantes se comprometem a promover, em uma ação integrada, o planejamento e a construção de cidades sustentáveis e assentamentos urbanos, estimulando a participação dos cidadãos, incluindo os mais pobres, nas tomadas de decisão.

O texto também traz o comprometimento das nações em abordar a questão do desenvolvimento urbano com uma visão geral, para prover habitação acessível a todos e melhorar as condições de vida tanto na moradia como no trabalho, nas áreas urbana e rural, no contexto da erradicação da pobreza, para que todos tenham acesso a serviços básicos, habitação e mobilidade.



Fórum de Habitação reúne autoridades em três dias de evento

59º FNHIS, promovido pela ABC e pelo FNSH DU, debate desafios e avanços na habitação de interesse social, além de reconhecer os casos de sucesso

Gestores públicos e técnicos de habitação de todos os 26 estados e do Distrito Federal estiveram reunidos na 59ª edição do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, realizada pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação e pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano, entre os dias 16 e 18 de maio, em Brasília.

Autoridades e técnicos do Governo Federal e representantes da área de habitação de mais de 60 municípios debateram sobre os principais temas da moradia digna e sustentável no Brasil. Temas como desastres naturais, regularização fundiária e avanços da política habitacional brasileira foram apresentados nas mesas de discussões, juntamente com a apresentação de casos de

sucesso premiados com o Selo de Mérito, entregue em sessão solene, durante a cerimônia de abertura do evento. O prêmio Selo de Mérito contemplou 11 projetos, de um recorde de 56 projetos inscritos.

Além dos projetos que tiveram destaque no cenário nacional e regional, a ABC e o FNSH DU outorgaram o Selo de Mérito para autoridades que atuaram em prol da habitação de interesse social em 2011/2012. O deputado federal e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, Mauro Mariani, e os deputados federais Henrique Alves e André Vargas foram homenageados com o prêmio Selo de Mérito Especial, por suas atuações de destaque pela defesa do Programa Minha Casa, Minha Vida 2,

especialmente para os municípios de até 50 mil habitantes.

Entre as autoridades que prestigiaram o evento estão o Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, o senador Luiz Henrique da Silveira, a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, o Secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Geraldo Magela, o vice-presidente da CBIC, José Carlos Martins, a prefeita municipal de Contagem, em Minas Gerais, Marília Campos, o vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, José Urbano, e o Diretor de Crédito Imobiliário do Banco do Brasil, Gueitiro Matsuo Genso.

Confira a seguir os vencedores do Selo de Mérito 2011/2012.



REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DA BACIA DO COBRE

Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR/BA

O projeto de “Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre” compreende a revitalização do Parque São Bartolomeu, santuário das religiões de matriz africana e uma das maiores áreas de Mata Atlântica em zona urbana no Brasil, e a construção dos empreendimentos Lagoa da Paixão e Vila Moema. Revitalizando uma área de preservação ambiental de importância histórica para a formação da cidade e transformando-a em um polo de

cultura e lazer para a população. São obras de urbanização e infraestrutura, construção de unidades habitacionais e equipamentos públicos, com investimentos da ordem de R\$ 184 milhões, sendo R\$ 126 milhões do governo do estado, por meio de empréstimo junto ao Banco Mundial, e R\$ 58 milhões do Programa Minha Casa, Minha Vida. Depois de totalmente concluído, beneficiará direta e indiretamente mais de 115 mil pessoas.



BANCO DE TERRAS DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento – SEHABS/RS

O projeto Banco de Terras Públicas do Rio Grande do Sul consiste na identificação de áreas desocupadas do estado, localizadas nas zonas urbanas dos municípios. Visa viabilizar a oferta de terra para atender à população de baixa renda. Atualmente, estão identificadas 58 áreas, em 31 cidades, perfazendo um total

de 230 hectares livres (ou 2.300.000 m²). O projeto conjunto da Secretaria de Habitação e Saneamento e da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos estima assentar 20 mil famílias já no primeiro ano. O Banco de Terras atende a uma demanda histórica dos movimentos pela moradia do Brasil.



DESASTRES NATURAIS: UMA EXPERIÊNCIA REPLICÁVEL

Companhia Estadual de Habitação e Obras de Pernambuco – CEHAB/PE

Pernambuco vivenciou, em junho de 2010, um fenômeno climático atípico, com abundante chuva, rápida elevação do nível dos rios e geração de ondas de grande velocidade, tendo, em poucas horas, caído o equivalente a 70% de toda a precipitação esperada para o mês de junho. O desastre natural deixou mais de 14 mil famílias desabrigadas, levando o governo a decretar situação de emergência em 30 municípios e estado de calamidade em 11.

socorro, assistência e contabilizar os prejuízos. O Comitê de Análise de Projetos conseguiu, em apenas cinco meses, a aprovação de 44 empreendimentos, que totalizou 16.673 habitações e contratação recorde de 16.025 unidades pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, além da contratação dos serviços de terraplenagem pelo estado.

Para enfrentar o problema, primeiramente foi montado o “gabinete da crise”, para propiciar a rápida articulação dos órgãos estaduais e municipais. Equipes multidisciplinares foram a campo prestar

Com mais de 1.500 funcionários em campo e 15 secretarias envolvidas, o plano de ação para a “Operação Reconstrução”, além de reassentar as famílias em áreas fora de risco, abrangeu o monitoramento climático, salvamento e resgate, apoio à sociedade civil, operação limpeza, assistência social e transparência e divulgação de informações.



VILA NOVA CHOCOLATÃO

Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – DEMHAB-POA/RS

O projeto Vila Nova Chocolateão foi construído para abrigar 700 pessoas – grande parte trabalhava como catadores de resíduos recicláveis – que ocupavam, há 25 anos, uma área de propriedade da União, localizada na região central da cidade de Porto Alegre. Viviam em barracos, em condições subumanas, sem saneamento básico, em constantes ameaças de incêndios, que impactava negativamente as condições ambientais, de saúde e segurança do centro da cidade.

As famílias foram removidas para uma área atendida por 13 linhas de transporte coletivo, posto de saúde, escolas públicas, além de ser próxima a uma faculdade privada.

O projeto envolveu os órgãos públicos, a comunidade e a iniciativa privada. As obras de infraestrutura tiveram início em 2008, concomitantemente com o trabalho técnico social junto às famílias que seriam removidas. Entre as ações sociais do projeto, destacam-se a capacitação dos moradores para trabalhar em uma Unidade de Triagem, na cozinha comunitária e na creche previstas no projeto. Foi realizado atendimento social, nos nove meses posteriores ao reassentamento, para orientar sobre temas como uso de energia elétrica, economia de água etc. Foi feito também integração das famílias aos serviços e equipamentos da região, atividades culturais, pedagógicas e educação ambiental.



PROGRAMA DA RECONSTRUÇÃO

Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas – SEINFRA/AL

Em junho de 2010, o governo do estado de Alagoas decretou situação de emergência em 19 municípios e estado de calamidade pública em outros três, devido às intensas chuvas na região. Mais de 17.700 unidades habitacionais foram destruídas ou danificadas, deixando quase 70 mil pessoas desabrigadas, que foram transferidas para abrigos provisórios. Para enfrentar essa situação, o estado de Alagoas, em parceria com o Governo Federal, desenvolveu uma série de trabalhos integrando diversas áreas do governo, sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura, que resultou no reassentamento da totalidade das famílias afetadas para áreas seguras e sustentáveis, garantindo-lhes a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, com o acesso à educação,

saúde, cultura, comércio, serviços, lazer e infraestrutura básica. O programa possibilitou a atração de novos investimentos, a capacitação da mão de obra e o aquecimento no setor da construção civil, garantindo a geração de emprego e renda para a população.

O modo como foi implementado também merece destaque. Foi realizado um diagnóstico que identificou a dimensão dos estragos causados pela enchente. Foi criado o Comitê de Análise e Aprovação de Projeto, com caráter interinstitucional, o que tornou possível a contratação de 32 empreendimentos, nos 19 municípios, em um curto espaço de tempo. O comitê foi responsável por analisar e aprovar os projetos, além de fazer identificação e desapropriação de áreas para a construção de moradias.

CATEGORIA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA DE NOVA CONTAGEM

Prefeitura de Contagem/MG

Nova Contagem é um loteamento público, que surgiu da implantação de um conjunto habitacional pelo município em 1984. O loteamento foi implantado sem nenhuma infraestrutura urbana, em uma área de 1,5 milhão de m², pertencentes ao estado. A população de cerca de 12 mil habitantes permaneceu sem água tratada, rede de esgoto, pavimentação ou transporte coletivo por quase três décadas.

O processo de regularização contou com a alteração da legislação municipal, com a realização de obras de infraestrutura, urbanização e requalificação urbana e ambiental do córrego Retiro e entorno e com a remoção e reassentamento de 248 famílias que viviam em áreas inadequadas. Foram investidos R\$ 30 milhões com recursos do PAC, do Governo Federal. Ao final do processo foram emitidas 3.242 escrituras.



URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO NA VILA DO MUCAJÁ

Prefeitura de Macapá/AP

O projeto de construção do Conjunto Habitacional Mucajá foi idealizado para atender a necessidade de retirar famílias que residiam em um assentamento precário, denominado Favela Mucajá, originária da década de 60. O projeto habitacional conta com 37 blocos, cada um com 16 apartamentos, totalizando 592 unidades habitacionais, com unidades térreas adap-

tadas para idosos e portadores de necessidades especiais. Está localizado em uma área próxima dos serviços públicos e acesso facilitado ao centro comercial de Macapá, bem como aos serviços de educação, saúde e segurança. Conta também com acesso facilitado ao Complexo Turístico e de Lazer Beira Rio com praças poliesportivas e orla fluvial.

CATEGORIA MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL



SELEÇÃO E HABILITAÇÃO DA DEMANDA HABITACIONAL

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF

O processo de seleção da demanda habitacional do Distrito Federal, que antes demorava anos, agora pode ser concluído em apenas 40 minutos. A modernização desse procedimento originou-se da necessidade de adequação da gestão da CODHAB aos compromissos do governo do DF para a viabilização de 100 mil moradias para a população de baixa renda. A inscrição ou cadastramento para os programas habitacionais podem ser feitos pela internet, podendo também o cidadão acompanhar a sua pontuação e classificação na lista geral. O processo ficou mais simples e ágil, com o comparecimento do cidadão ao Núcleo de Atendimento ao Público (NUATE)

uma única vez para comprovar os dados cadastrais informados por ocasião da sua inscrição nos programas habitacionais.

A CODHAB – Companhia de Habitação do Distrito Federal constatou a necessidade de investir e modernizar os seus processos internos, com ênfase nos processos automatizados, capacitar a equipe de analistas e readequação física do NUATE, além de promover a descentralização dos pontos de atendimento para agilizar o processo de habilitação dos candidatos. Houve uma redução drástica da circulação interna de documentos físicos, com a informatização dos processos.

CATEGORIA PROJETO AMBIENTAL E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL



RESIDENCIAL REAL CONQUISTA

Agência Goiana de Habitação – AGEHAB/GO

O residencial Real Conquista foi idealizado para atender à necessidade de reassentar 2.400 famílias, vítimas de um processo de desocupação de uma área urbana, no município de Goiânia, capital do estado de Goiás. O projeto encontra-se em fase de conclusão, já tendo sido entregues mais de 2.000 moradias. Além de atender às famílias com as novas habitações, o projeto se notabilizou pela sua preocupação com o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural da comunidade. Assim, conta

com toda a infraestrutura urbana e com equipamentos comunitários instalados. Ainda como um fator diferencial, possui uma Unidade Descentralizada de Educação Profissional (UDEP) para geração de emprego e renda no bairro, além de biblioteca comunitária. Durante todo o processo de execução, o projeto contou com um importante trabalho técnico social que envolveu a comunidade, órgãos do governo estadual, a CAIXA e organizações não governamentais que atuam no município.



PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP

O Plano Municipal de Redução de Risco de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, foi concebido para orientar a tomada de decisões das autoridades públicas objetivando a redução dos riscos à vida de moradores de assentamentos precários ou irregulares do município, devido a ocorrências frequentes de inundações, alagamentos, escorregamentos e quedas das encostas provocadas por erosões das margens dos córregos em diversas regiões da cidade. A elaboração do plano contou com o envolvimento das comunidades da região e com a participação de Núcleos Comu-

nitários de Defesa Civil na conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente para evitar desastres naturais. Os primeiros estudos identificaram a necessidade de medidas emergenciais. Assim, foram removidas, preventivamente, 1.587 famílias de áreas identificadas como de risco muito alto, foram identificadas, com precisão, diversas situações de risco que atingem mais de 2.000 moradias com risco médio ou alto, que estão sendo monitoradas pela prefeitura, e foram realizadas obras necessárias para reduzir ou eliminar riscos em outras áreas, beneficiando mais de 500 famílias.

CATEGORIA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



CASA MODULAR

Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB/SC

Em decorrência dos prejuízos causados por desastres naturais no território catarinense, a Cohab Santa Catarina buscou alternativas no ramo de tecnologia voltadas à construção civil com o objetivo de encontrar propostas inovadoras que tornassem mais ágil o trabalho no canteiro de obra. A alternativa tecnológica identificada e que está sendo empregada no estado reduziu o tempo de execução da obra em 90%, sendo necessário apenas quatro dias para a cons-

trução completa da moradia (um dia para a fundação da casa, dois para a montagem da unidade e o último dia para a finalização de revestimento cerâmico e demais acabamentos). Os painéis de aço são resistentes à corrosão, não trincam nem racham com facilidade, evitam a proliferação de agentes nocivos à saúde (fungos e ácaros) e possuem componentes de alto desempenho. Já o poliuretano tem um elevado desempenho termoacústico.



Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães também participou da mesa sobre PMCMV junto com Maria do Carmo e Teotonio Rezende

Governo apresenta balanço positivo do Minha Casa, Minha Vida

Considerado como o principal propulsor dos investimentos federais em 2012, o Programa chega ao segundo semestre com 1,8 milhão de unidades habitacionais contratadas, o que representa 60% da meta até 2014.

“A política habitacional do Brasil se consolida com o crescimento nos investimentos e execução acelerada com o Programa Minha Casa, Minha Vida”, comemorou Maria do Carmo Avesani, Diretora do Departamento de Produção Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Juntamente com Gueitiro Matsuo Genso, Diretor de Crédito Imobiliário do Banco do Brasil, e Teotonio Rezende, Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, fizeram um balanço positivo do programa, projetando a conclusão das metas nos prazos estabelecidos pelo governo, mas alertam para a necessidade dos estados e municípios contribuírem para a sustentabilidade do programa.

Parceria com os estados

Ressaltando a importância da participação das Companhias de Habitação e das Secretarias Estaduais, Teotonio Rezende afirmou que a CAIXA está trabalhando em uma cooperação e parceria com governos estaduais e municipais para a contratação no Programa Minha Casa, Minha Vida. “O objetivo é fazer com que os estados que não estão atuando fortemente no programa passem a atuar. Estamos verificando quais são os gargalos enfrentados e ajudando a contornar os problemas identificados”.

Para Maria do Carmo Avesani, as Companhias e Secretarias de Habitação têm um papel fundamental como indutoras e organizadoras do programa, principalmente nos processos da modalidade Fundo de Arrendamento Residencial. “É necessário articular a cadeia da construção civil e também mobilizar o estado para a importância da contrapartida”, argumentou.

Um dos principais problemas identificados pela diretora diz respeito à modalidade do PMCMV que funciona por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma entidade organizadora, que pode funcionar em forma de associação ou cooperativa, sem fins lucrativos. Segundo Maria do Carmo, as entidades enfrentam dificuldades para cumprir a meta.

O Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, de onde saem os recursos para essa modalidade, divulgou que, para o ano de 2012, o orçamento para o programa é de R\$ 907 milhões, para a produção de 60 mil habitações. O balanço do Ministério das Cidades mostra que as contratações estão muito abaixo do esperado, pois foram contratadas somente 6.800 unidades, ou seja, apenas 11% da



“A CAIXA NORMATIZOU E CONSTRUÍU UMA ESTRUTURA DE PÓS VENDA PARA EVITAR QUE OS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA TROQUEM OU VENDAM AS RESIDÊNCIAS.”

Teotonio Rezende
Diretor de Habitação da CAIXA

Trabalho social

Para Maria do Carmo, as Companhias de Habitação são parceiros de grande importância para a execução deste trabalho. “Acredito que a maioria dos municípios ainda tem uma equipe aquém da necessidade. O trabalho social pode até ser terceirizado, mas precisa ser acompanhado diretamente pelo município”, defendeu a diretora.

meta. “As entidades precisam do apoio técnico das Cohabs. Se não tiver esse apoio, a meta não será alcançada”, alertou a diretora.

Gueitiro Matsuo Genso enfatizou que o Banco do Brasil está entrando agora no programa com uma meta bastante arrojada: fazer com que 185 mil famílias de baixa renda recebam suas casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. “Estamos firmando parcerias com vários estados e confiamos na expertise das Companhias de Habitação para cumprir os objetivos do Banco”, convidou Genso.

Habitação rural

As moradias destinadas à área rural estão se destacando pela rapidez no processo. Com meta de 60 mil unidades habitacionais, 25 mil já foram contratadas e mais de quatro mil, entregues. Segundo Teotonio Rezende, a CAIXA vem trabalhando fortemente com a habitação rural. Recentemente, foi criada a Superintendência Nacional de Habitação Rural. “A superintendente nacional da CAIXA, Noemi Lemes, tem percorrido todas as regiões do Brasil para tirar dúvidas sobre o programa e agilizar o processo de contratação”, afirmou Rezende.

Sustentabilidade

A sustentabilidade dos empreendimentos vem se constituindo num dos principais desafios do PMCMV. Na opinião de Maria do Carmo Avesani, o sucesso do programa está diretamente ligado à qualidade da infraestrutura proporcionada aos moradores dos empreendimentos. “A sustentabilidade do programa só vai se efetivar se conseguirmos o nosso objetivo final, que é fazer com que as famílias permaneçam nas unidades habitacionais e com condição de acesso às políticas públicas”, disse.

De acordo com Teotonio Rezende, a CAIXA normatizou e construiu uma estrutura de pós venda para evitar que os beneficiados pelo programa troquem ou vendam as residências. Trinta dias após a entrega, uma equipe da CAIXA visitará o imóvel para comprovar se a casa está ocupada e se quem a está ocupando é de fato quem assinou o contrato. “Se for constatado que aquela unidade habitacional não está ocupada ou está com ocupação indevida, a CAIXA rescindir o contrato, pedindo que o município indique outra família para receber o benefício”, avisou Rezende.

Programa Minha Casa, Minha Vida em números (Posição de entrega: 31/07/2012)						
	Renda familiar	Unidades contratadas	Unidades entregues	Meta	% contratadas	% entregues
PMCMV 1	Até 1.600,00	483.211	210.896	400.000	120,80	52,72
	Até 3.100,00	375.294	308.808	400.000	93,82	77,20
	Até 5.000,00	146.623	52.689	200.000	73,31	26,34
Total		1.005.128	572.393	1.000.000	100,51	57,2393
PMCMV 2	Até 1.600,00	267.487	6.399	1.200.000	22,29	0,53
	Até 3.100,00	492.928	275.054	600.000	82,15	45,84
	Até 5.000,00	76.130	10.186	200.000	38,07	5,09
Total		836.545	291.639	2.400.000	34,86	12,15
Total geral		1.841.673	864.032	3.400.000	54,17	25,41

*As 400 mil unidades habitacionais anunciadas pela Presidenta Dilma para o PMCMV 2 ainda não foram divididas por faixa de renda.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência
auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474



A VIDA PEDE MUDANÇA. ACESSE

CAIXA.GOV.BR/HABITACAO

E MUDE COM A CAIXA.

* Disponibilidade de imóveis sujeita a oferta de mercado.



NO SITE DA CAIXA VOCÊ ENCONTRA:

- MILHARES DE OFERTAS DE IMÓVEIS EM TODO O BRASIL: NOVOS, USADOS, NA PLANTA E DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.*
- SIMULADOR DE FINANCIAMENTOS.
- LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO.



APROVEITE AS MELHORES TAXAS DO PROGRAMA CAIXA MELHOR CRÉDITO E TODAS AS VANTAGENS DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL CAIXA.

Fórum debate os desafios para a regularização fundiária no Brasil

Lei Nacional de Regularização Fundiária, um marco legal na história da regularização fundiária no país, completa três anos com o desafio de disseminar a legislação nos municípios

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 11 milhões de pessoas vivem em assentamentos irregulares, o que representa 3,2 milhões de habitações com algum tipo de precariedade, falta de infraestrutura e de acesso a serviços públicos.

Para contribuir com o enfrentamento desse problema, a ABC e o FNSH DU já realizaram vários eventos de caráter nacional e no 59º Fórum Nacional de Habitação, realizado em Brasília neste ano, promoveram um produtivo debate reunindo duas experiências importantes na área de regularização, realizadas pelos municípios de Contagem-MG e Macapá-AP e autoridades do Ministério das Cidades, além de mais de 200 técnicos de estados e municípios.

O debate constatou que já existe um marco legal nacional que favorece as ações para o desenvolvimento de projetos de regularização, entretanto, cabe aos municípios editarem suas leis próprias para romper com os entraves comuns nas atuais leis que regem o uso e a ocupação do solo urbano. Este aspecto ainda está em ritmo bastante lento e os municípios que já criaram suas leis conseguiram realizar projetos de grande importância e impacto social.

As principais leis de âmbito nacional que tratam da matéria são a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que tratou também do PMCMV, e o novo Código Florestal, sancionado em maio deste ano. Esse Código reconhece a necessidade de regularizar ocupações em Áreas de Proteção Permanente (APPs) levando em conta tanto o direito à moradia quanto o direito ambiental.

Conforme enfatizou o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários, Urbanos e Prevenção de Risco do Ministério das Cidades, Celso Carvalho, “é possível a regularização fundiária nas APPs desde que o assentamento se encontre

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM APPs RESOLVE QUESTÕES DE RISCO, DE HABITABILIDADE, DE SANEAMENTO E DEMAIS ASPECTOS DA QUALIDADE AMBIENTAL.

em área urbana consolidada e quando o projeto de regularização implicar melhorias efetivas na situação ambiental do assentamento. Dessa forma são resolvidas questões de risco, de habitabilidade, de saneamento e demais aspectos da qualidade ambiental”.

De acordo com Ana Paula Bruno, Gerente de Regularização Fundiária Urbana do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades, a regularização fundiária também foi incorporada à política de gestão do patrimônio da União. “É uma mudança de conduta na gestão do patrimônio público. Um bom exemplo é o programa Terra Legal, que atua na região da Amazônia Legal, incorporando o conceito de que o patrimônio da União está destinado à regularização fundiária”, enfatizou Ana Paula.



Ana Paula Bruno e Celso Carvalho debateram no 59º FNHIS

Recursos federais

Embora os recursos destinados à regularização fundiária ainda sejam pequenos, comparado à necessidade real do Brasil, Ana Paula Bruno comemorou o fato de a União ter alocado 29,7 bilhões de reais no Programa de Aceleração do Crescimento, sendo R\$ 24 bilhões no PAC Urbanização de Assentamentos Precários e R\$ 5,7 bilhões no PAC Saneamento Integrado, beneficiando mais de 2 milhões de famílias. “Mais do que números, é uma oportunidade de mudar o patamar de regularidade das ocupações no Brasil”, concluiu.

O PAPEL DOS ESTADOS

Para Celso Carvalho, houve vários avanços na remoção de obstáculos legais. No entanto, “para que a Lei de Regularização Fundiária tenha plena efetividade, é necessário complementá-la com leis estaduais e municipais e com procedimentos adequados por parte do Ministério Público”, afirma.

Diversos seminários estão sendo realizados pelo Brasil para tratar do assunto. Com parceria entre o Ministério das Cidades e os governos estaduais estão sendo promovidos debates sobre temas como política estadual, municipal, regularização, aspectos registrários e titulação, licenciamento urbanístico e ambiental e aspectos tributários. Os estados da Paraíba e do Paraná foram os primeiros e a meta é promover esses eventos em todos os estados.



Nova lei e mais recursos para enfrentar os desastres naturais

Em resposta aos desastres naturais de grande escala ocorridos no país, o governo anunciou um conjunto de ações

A exemplo do que vem ocorrendo no mundo inteiro, as mudanças climáticas também têm afetado diversas regiões do Brasil, causando enchentes, inundações e deslizamentos de encostas que atingiram mais de 200 municípios nos últimos dois anos. As consequências nas regiões de risco são agravadas quando a população ocupa territórios já identificados como precários e as ações preventivas são poucas.

Essas constatações foram debatidas na mesa “Ações preventivas e de reconstrução das áreas afetadas pelos desastres naturais”, durante o 59º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social.

A mesa de debates contou com a exposição dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, que assistiram e comentaram as ações desenvolvidas pela prefeitura de São Bernardo do Campo, que expôs o seu projeto de prevenção, e pelos estados de Pernambuco e Alagoas, que relataram as obras de reconstrução das áreas afetadas.

Lei obriga a implantação de mapa de risco

Falando em nome do Ministério das Cidades, Celso Carvalho, Dire-

tor do Departamento de Assuntos Fundiários, Urbanos e Prevenção de Risco, enfatizou a importância das ações de prevenção, que se materializam com investimentos em obras de infraestrutura e a criação de uma legislação específica que obrigue os municípios a agir preventivamente.

Nessa linha, ressaltou a promulgação da Lei Federal 12.608, em abril deste ano, que cria uma nova política nacional de proteção de defesa civil, determinando a criação do cadastro de municípios vulneráveis a desastres. Atualmente, 106 municípios de 16 estados integram esse cadastro, e deve-

rão implantar um mapa de risco, elaborar o plano de contingência, criar o órgão de defesa civil, instituir o plano de intervenções, controle e fiscalização da ocupação urbana e a carta geotécnica de aptidão à urbanização.

No que se refere à alocação de recursos financeiros, o Governo Federal divulgou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, com previsão de investimento da ordem de R\$ 18,8 bilhões até 2014, em obras de prevenção e reconstrução e em monitoramento. Conforme destacou Carvalho, “o Programa Minha Casa, Minha Vida e o PAC Urbanização de Assentamentos Precários investiram a soma de R\$ 30 bilhões, visando à retirada de moradores da situação de risco. Temos também a previsão de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, até 2014, para apoiar estados e municípios no processo de gestão, incluindo elaboração de projetos e execução de obras de contenção de encostas, sendo que já contratamos R\$ 600 milhões em estados que têm situações mais críticas”, concluiu.

O papel do Ministério da Integração Nacional

As ações de avaliação de riscos para a redução de desastres é realizada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) do Ministério da Integração Nacional. De acordo com Ricardo Martins da Silva, representante do Ministério nos debates, os municípios podem obter recursos para a construção de reservatórios de amortecimento, implantação de sistema de abastecimento de água, relocação de unidades de habitação situadas em área de risco, implantação de macro e microdrenagem e sistemas de proteção de erosão costeira, e demais ações correlatas, desde que tenham um projeto bem detalhado e devidamente justificado.

"A LEI FEDERAL 12.608 CRIA UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL, DETERMINANDO A CRIAÇÃO DO CADASTRO DE MUNICÍPIOS VULNERÁVEIS A DESASTRES."

Também é possível acessar recursos do Ministério da Integração para a reconstrução e a restauração sustentável do cenário atingido, como pontes, estradas, casas, contenções de encostas etc. “Esse recurso deverá ser aplicado apenas nos locais atingidos, não podendo ser usado para suprir o déficit habitacional nem para fazer obras de infraestrutura em locais que já estavam deteriorados”, assegurou Ricardo Martins.

Rapidez salva vidas

Conforme destacou Ricardo Martins, a partir de 2008, foi instituída modalidade de atendimento denominada de “Transferência Obrigatória”, por meio da qual, caracterizada a situação de emergência, o recurso é liberado pelo Ministério, e somente num segundo momento é que serão analisados projetos e orçamentos, respondendo a autoridade municipal ou estadual por eventual irregularidade na operação.

“Isso para que a população não sofra com a demora”, argumentou Martins, acrescentando que o Ministério também possui uma linha de recurso a fundo perdido para reaparelhamento dos órgãos de defesa civil com equipamentos de alerta e resgate, em caso de eventos naturais atípicos, para que os alertas sejam dados cada vez com maior antecedência.

Inovando na construção de moradias transitórias

Novas soluções de moradias transitórias estão sendo estudadas pelo Ministério da Integração. De acordo com Ricardo Martins, nem sempre o aluguel social resolve o problema das famílias desalojadas, devido à escassez de imóveis após desastres. “Abrigos emergenciais estão sendo desenvolvidos com tecnologia que permite uma rápida instalação, podendo, em alguns casos, servir até mesmo como moradia permanente”, afirmou Martins.

Prevenção e reconstrução foi destaque na programação do FNHIS. Ricardo Martins e Celso Carvalho debateram com o público sobre o assunto





**NÃO É A REALIZAÇÃO DE UM SONHO.
É A REALIZAÇÃO DE MILHARES.**



O Programa Morar Bem Paraná do Governo do Estado está entregando as chaves para milhares de paranaenses realizarem o sonho da casa própria.

COHAPAR
Companhia de Habitação do Paraná

www.cohapar.pr.gov.br

Em apenas um ano, o Governo do Paraná, em parceria com o Governo Federal, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, realizou regularizações fundiárias, contratos, convênios e a construção de casas para atender a mais de 30 mil famílias paranaenses. E isto é apenas o começo: a meta é beneficiar mais de 100 mil famílias nos próximos anos. Novas casas estão sendo construídas e obras que estavam em andamento tiveram o ritmo acelerado. É o compromisso do Governo do Estado com a Habitação. Porque moradia digna é a base para o resgate social da família. É a construção de um Paraná mais justo.



UM ESTADO DE RESPEITO



Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre

O trabalho do Governo da Bahia no Subúrbio Ferroviário vale Selo de Mérito

Através da SEDUR e da CONDER, o Governo da Bahia está levando qualidade de vida para os baianos. O trabalho de recuperação na Bacia do Cobre recebeu uma importante condecoração: o Selo de Mérito, concedido pela Associação Brasileira de Cidades e Agentes Públicos de Habitação (ABC) e pelo Fórum Nacional de Secretários Urbanos e de Habitação (FNSHDU).

Esse reconhecimento é fruto do projeto que está valorizando o Subúrbio Ferroviário de Salvador com urbanização e criação de novos conjuntos habitacionais, construção de equipamentos públicos culturais e esportivos, além da preservação de uma das maiores áreas com remanescente da Mata Atlântica do país. Um investimento total de R\$ 184 milhões.

É mais desenvolvimento com inclusão social para quem mais precisa.
É o Governo do Estado construindo uma nova Bahia.

CONDER
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Bahia
GOVERNO DO ESTADO
TERRA DE TODOS NÓS

unicap / rfp

Goiás é referência nacional em moradia de interesse social

A experiência da Agência Goiana de Habitação (Agehab) com a construção do residencial Real Conquista transformou o conjunto, localizado na região sudoeste de Goiânia, em modelo de bairro planejado para habitação de interesse social, completamente integrado ao desenvolvimento harmônico e sustentável da cidade. Implantado há seis anos pelo governo de Goiás para abrigar famílias que passaram pelo maior processo de desocupação urbana da América Latina (a invasão do Parque Oeste Industrial), o Real Conquista foi escolhido para receber o Selo de Mérito da ABC, na categoria “Ambiental e Socialmente Sustentável”.

As 2.003 famílias residentes, atualmente, no residencial Real Conquista contam com programas e ações que promovem a autonomia da comunidade, afirmação da cidadania, qualificação profissional e geração de emprego e renda para os moradores. Até dezembro próximo, com a entrega pelo estado de mais 395 unidades habi-

tacionais, o bairro completará 2,4 mil residências e uma população de 12 mil pessoas.

Na avaliação do presidente da Agehab, Marcos Abrão Roriz, a premiação foi um reconhecimento pelo trabalho inovador da administração do governador Marconi Perillo na área de habitação para levar moradia de qualidade, com sustentabilidade social, para milhares de famílias nos 246 municípios do estado de Goiás. “É um trabalho cotidiano, de acompanhamento social das famílias beneficiadas. Mas tudo isso só é possível graças às parcerias firmadas”, destaca Marcos Roriz.

Sônia Maria da Silva, de 39 anos, moradora do Real Conquista, é um exemplo aplicável dos projetos premiados como melhores práticas. Formada em vários cursos, entre eles o de pedreiro e de cabeleireiro, Sônia trabalhou nas obras da própria casa e de vizinhos na época das construções de seu módulo. Recentemente ela conquistou

os certificados profissionalizantes e está com boas expectativas em relação a novas oportunidades no mercado de construção. “Hoje sou uma profissional versátil, pelos vários cursos que fiz. Busco novas oportunidades na construção civil e mantenho em casa um pequeno salão de beleza”.

No Real Conquista funciona uma Unidade Descentralizada de Educação Profissional (Udep), fruto de parceria entre a Agehab e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; biblioteca comunitária, escola de ensino fundamental e outra de ensino médio em fase de aprovação, Centro Municipal de Educação Infantil em construção, Posto de Saúde da Família (PSF), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), ruas pavimentadas, coleta pública e seletiva de lixo, transporte público e kits de energia solar.

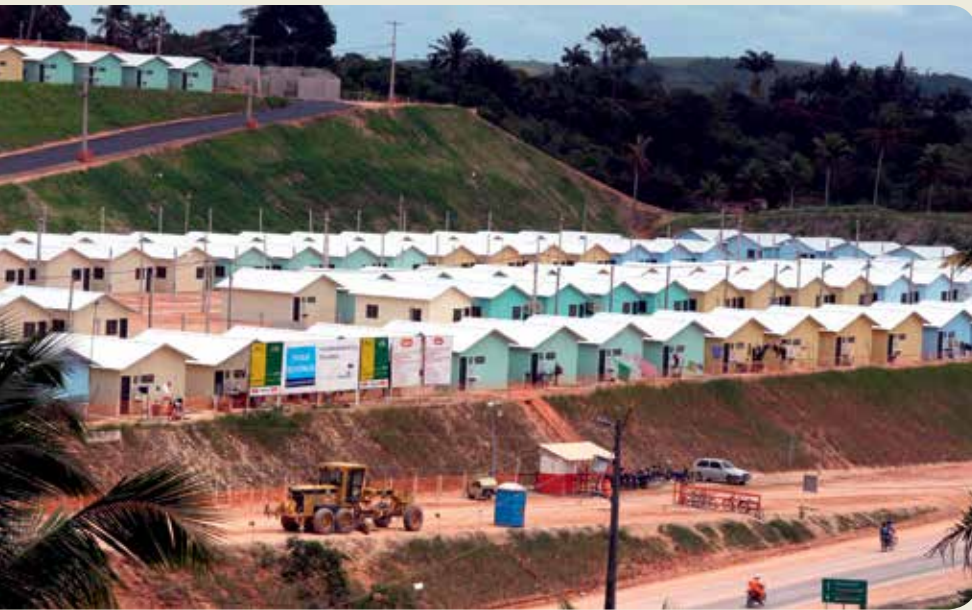
Joaquim Gonzaga, electricista, foi um dos beneficiados com o residencial Real Conquista



Fotos: Sérgio Willim

Sistema de aquecimento por energia solar Real Conquista





Reconstrução de habitações após enchentes em Pernambuco

Operação Reconstrução contrata mais de 16 mil moradias em apenas seis meses

Inovações no processo de elaboração, aprovação e contratação dos projetos habitacionais garantiram a celeridade do trabalho e renderam a Pernambuco o Selo de Mérito 2012

Hilda da Conceição é natural do município de Barreiros, dona de casa e mãe de cinco filhos. A idade que tem, ela não sabe ao certo, apenas acredita que está na casa dos 70, pois perdeu seus documentos durante a enchente que atingiu 41 municípios da Mata Sul e do Agreste pernambucano no ano de 2010. Além dos documentos que registravam suas informações pessoais, Hilda teve todos os objetos que mobiliavam sua casa e também a própria casa levados pelas águas do rio Una, que transbordou no dia 18 de junho, quando choveu o equivalente a 180 mm na região, aproximadamente 70% do esperado para todo o mês.

Cerca de 80 mil pessoas sofreram com casas, escolas, hospitais, pontes e estradas destruídas, em Barreiros e nas redondezas. Para garantir assistência imediata, o governo de Pernambuco criou um plano de ação articulado entre 15 secretarias estaduais, denominado de Operação Reconstrução. Este trabalho garantiu ao governo de Pernambuco um reconhecimento nacional com a conquista do Selo de Mérito 2012.

Desde então, R\$ 2,19 bilhões já foram investidos na reconstrução das cidades atingidas. Além da assistência emergencial, este montante vem sendo empregado na reconstrução de escolas, hospitais, estradas, pontes, barragens e casas. Para este último item foi destinado mais R\$ 1 bilhão e um esforço intenso. Hoje são 16.849 habitações contratadas em 24 cidades atingidas e a previsão é de que todas elas sejam entregues à população até junho de 2013.

Para o secretário estadual das Cidades, Danilo Cabral, o caráter inovador da Operação Reconstrução está na criação de um Comitê de Análise de Projetos (CAP) que reunia em um mesmo espaço todos os entes responsáveis pela avaliação dos projetos. “Esta iniciativa permitiu a contratação das moradias em tempo curto, com qualidade e segurança”, afirmou Cabral.

Além do CAP, o uso de galpões infláveis, que permitiram a continuidade das obras mesmo nos períodos de chuva, e o decreto estadual que possibilitou a emissão de licenciamento ambiental de forma simplificada também contribuíram para a celeridade do trabalho. “O esforço de todas as instâncias governamentais quebrou barreiras e etapas da burocracia, agilizando o processo de construção e entrega das casas”, afirmou satisfeito Nilton Mota, diretor presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras de Pernambuco.



Residencial Haragano, em Pelotas, com 280 unidades habitacionais



Localizado na zona sul de Porto Alegre, o residencial Camaquã terá 160 unidades habitacionais

Rio Grande do Sul cria Banco de Terras para viabilizar moradia

Projeto é pioneiro no país e está possibilitando acesso à moradia digna à população de baixa renda

O projeto Banco de Terras Públicas do Rio Grande do Sul consiste na identificação e disponibilização de áreas desocupadas do estado, localizadas nas zonas urbanas dos municípios. Atualmente estão identificadas 58 áreas, em 31 cidades, perfazendo um total de 230 hectares livres (ou 2.300.000 m²). O projeto conjunto da Secretaria de Habitação e Saneamento e da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos estima assentar 20 mil famílias nesta primeira fase, com investimentos da ordem de um bilhão de reais.

Na opinião do Secretário de Estado de Habitação e Saneamento, Marcel Frison, é uma iniciativa importante e pioneira no âmbito da política nacional de habitação. "O Banco de Terras atende a uma demanda histórica dos movimentos pela moradia solucionando dois problemas: dar função social à propriedade pública desocupada e viabilizar o Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1, para quem ganha até três salários mínimos, já que a especulação imobiliária tem dificultado a implementação dos projetos para essa faixa de renda", afirma Frison.

O Banco de Terras foi criado através de decreto do governador Tar-

so Genro, em agosto de 2011. As áreas são doadas ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionado pela CAIXA. As famílias terão acesso ao programa a partir da seleção conjunta feita pelo estado e municípios e as prioridades na ocupação das unidades são para moradores de áreas de risco, mulheres chefes de famílias e agentes de segurança pública.

Atualmente estão em execução empreendimentos em três municípios do estado. Em Porto Alegre, na zona sul, 160 unidades com investimento de R\$ 8 milhões serão entregues às famílias no final do ano. Nos outros dois municípios beneficiados, as obras estão em andamento e serão concluídas em 2013. Em Bagé, os residenciais "O Retrato", "O Continente" e "O Arquipelago" terão 792 unidades habitacionais, contando com investimentos de R\$ 42 milhões. Em Pelotas, o condomínio "Haragano" terá 280 unidades. O custo total da obra é de R\$ 14,8 milhões.

O projeto do Banco de Terras foi premiado, neste ano, com o Selo de Mérito, categoria Relevância Nacional, durante o 59º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social.



Residencial Lagoa da Paixão

Governo da Bahia conquista Selo de Mérito pelo segundo ano consecutivo

Projeto Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre é reconhecido por sua relevância no território brasileiro

As obras de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre, realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), estão em ritmo acelerado. Os trabalhos estão divididos em dois eixos: revitalização do Parque São Bartolomeu, santuário das religiões de matriz africana e uma das maiores áreas de Mata Atlântica em zona urbana no Brasil, e construção dos empreendimentos Lagoa da Paixão e Vila Moema.

Premiado pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) e pelo Fórum Nacional de Secretários Urbanos e de Habitação (FNSH DU),

o projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre conquistou o Selo de Mérito na categoria relevância nacional numa disputa com 56 projetos, durante o 59º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, realizado este ano em Brasília.

De acordo com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro, a conquista do Selo de Mérito foi mais um reconhecimento da determinação e compromisso do governador Jaques Wagner em promover inclusão social e qualidade de vida para a população, principalmente para quem mais precisa. "O projeto vai beneficiar direta e indiretamente mais de 115 mil pessoas, com obras de urbanização e

infraestrutura, construção de unidades habitacionais e equipamentos. Estão sendo investidos recursos da ordem de R\$ 184 milhões, sendo R\$ 126 milhões do governo do estado, por meio de empréstimo junto ao Banco Mundial, e R\$ 58 milhões do Programa Minha Casa, Minha Vida," finaliza Monteiro.

Estão sendo investidos R\$ 88 milhões nas intervenções, provenientes de acordo de empréstimo entre o governo do estado da Bahia e o Banco Mundial. Para o presidente da Conder, Milton Villas-Bôas, trata-se de uma obra emblemática. "Estamos revitalizando uma área de preservação ambiental de importância histórica para a formação da cidade e transformando-a em um polo de cultura e lazer para a população", destacou o presidente.

Entregue em maio deste ano, o primeiro conjunto habitacional, Mirante da Enseada, com 65 unidades habitacionais, passou a abrigar, em condições de segurança, famílias que viviam em situação de risco na área do parque. O Diretor de Habitação da Conder, Ubiratan Cardoso, destaca que estão sendo construídas mais 450 unidades habitacionais, reformadas outras 200, além de toda infraestrutura que inclui a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto, drenagem e pavimentação de vias.

Parceria entre Cohab/SC e Fischer garante Inovação Tecnológica

A parceria entre a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC) e a empresa Irmãos Fischer S/A Indústria e Comércio, de Brusque, sagrou-se vencedora na categoria Inovação Tecnológica do Selo de Mérito 2012 da ABC. O projeto Casa Modular em Aço foi fruto de um trabalho conjunto iniciado no primeiro semestre do ano passado.

Em decorrência dos prejuízos causados por desastres naturais no território catarinense, a companhia buscou alternativas no ramo de tecnologia voltadas à construção civil com o objetivo de divulgar propostas inovadoras que tornassem mais ágil o trabalho no canteiro de obra. As empresas assinaram um termo de cooperação técnica para o desenvolvimento de unidade habitacional experimental construída por meio de painéis modulares em aço galvanizado e poliuretano.

A iniciativa reduziu o tempo de execução da obra em 90%, sendo necessário apenas quatro dias para a construção completa da moradia (um dia para a fundação da casa, dois para a montagem da unidade e o último dia para a finalização de revestimento cerâmico e demais acabamentos). Os painéis de aço são resistentes à corrosão, não trincam nem racham com facilidade, evitam a proliferação de agentes nocivos à saúde (fungos e ácaros) e possuem componentes de alto desempenho. Já o poliuretano tem um elevado desempenho termoacústico.

A Cohab/SC tem como objetivo contemplar com a moradia em aço famílias que vivem no campo e em áreas urbanas, especialmente em regiões consideradas de risco, sujeitas a inundações, deslizamentos, enxurradas ou outro fator de vulnerabilidade. “Com uma proposta sustentável inovadora, tenho

certeza de que contribuiremos para a solução da demanda habitacional em Santa Catarina”, afirmou a diretora presidente da companhia, Maria Darci Mota Beck.

Esta é a segunda oportunidade em que a Cohab/SC é premiada com o Selo de Mérito. Há quatro anos, também foi contemplado o projeto Torre Sustentável para Habitações de Baixa Renda, que utiliza energia solar e captação de água da chuva para atividades domésticas de fins não potáveis em moradias populares. A proposta foi classificada pela Holcim Foundation for Sustainable Construction, da Suíça, como um dos 15 melhores projetos sustentáveis da temporada, entre 5 mil enviados por profissionais de 90 países.



Casa modular reduz em 90% o tempo de execução da obra





Residencial Ozias Monteiro I

Governo do Amazonas entrega Conjunto Ozias Monteiro I destinado a funcionários públicos do estado

O Residencial Ozias Monteiro I foi entregue com uma grande festa pelo governador do estado, Omar Aziz, no início do segundo semestre. O conjunto habitacional está localizado na Avenida Max Teixeira, na Cidade Nova I, zona norte de Manaus.

Os 800 apartamentos estão sendo financiados por intermédio da Superintendência estadual de Habitação (Suhab) para os funcionários públicos do estado que não possuem imóveis e que tenham famílias constituídas com filhos.

O Ozias Monteiro I foi financiado com recursos da Caixa Econômica, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O investimento total foi de R\$ 33.876.020,44, sendo R\$ 25.389.752,08 financiados pela CAIXA e os outros R\$ 8.486.268,36 de contrapartida estadual, incluindo nesse valor toda a parte de infraestrutura sob a responsabilidade do governo do estado.

Os imóveis poderão ser financiados em até 20 anos com desconto em folha de pagamento. Para ter direito a uma unidade, o funcionário público estadual também precisa ter margem consignada que permita o desconto. As prestações ficam em torno de R\$ 280.

Os apartamentos do Ozias Monteiro possuem cerca de 40 m². Cada torre é composta por 32 apartamentos, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. A construtora responsável pelo empreendimento é a Direcional Engenharia.

“É um prazer estarmos proporcionando essa oportunidade a centenas de famílias que estão realizando o sonho da casa própria”, disse o governador, após entregar o contrato de financiamento do apartamento da servidora da Secretaria Estadual de Educação, Maria Lenice, 39 anos. Lenice, que morava de

aluguel há mais de cinco anos com os filhos Miguel e Gabriel, de cinco e seis anos de idade, afirmou: “Paguei aluguel durante muito tempo e, agora, vou começar a pagar o que vai ser meu e dos meus filhos. Estou muito feliz”.

A professora Carla Botelho, 35, foi uma das pessoas selecionadas para a primeira etapa do conjunto Ozias Monteiro. Com a felicidade estampada no rosto, ela e o marido, o industrialista Allan Almeida Lima, 29, casados há sete anos, moravam em uma casa alugada com as duas filhas, a adolescente Sara Gyovanna, 14, e a pequena Anna Clara, de três anos.

“Estou me sentindo realizada. Esperei muito por essa oportunidade de ter a minha casa com a minha família. Agora posso dizer que concretizei meu sonho, com as chaves nas mãos e pisando no meu apartamento”, comemorou a professora.

Cohab Minas implanta Gestão Pós-Morar e estreita relacionamento com mutuários

Programa desenvolvido em parceria com as prefeituras tem contribuído para uma melhor qualidade de vida nos conjuntos habitacionais

Inclusão social, qualidade de vida e redução da inadimplência são os principais resultados alcançados pelo Programa Gestão Pós-Morar, implantado pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), há pouco mais de um ano, nos conjuntos habitacionais entregues pela companhia. Desde maio de 2011, quando o programa foi criado, 123 municípios foram contemplados, beneficiando 4,7 mil famílias, que contaram com o apoio social da Cohab, em um trabalho em conjunto com as prefeituras.

O Gestão Pós-Morar envolve vários setores da Cohab Minas, que atuam de forma integrada, desde a construção, passando pela comercialização, seguro, financiamento, até a liberação da escritura.

“O que a Cohab está buscando, por meio do Pós-Morar, é contribuir para que essas famílias, conscientes dos seus direitos e deveres, construam uma vida bem estruturada naquele local, convivendo de forma harmônica entre si e inseridas na sociedade”, explica o presidente da Cohab Minas, Octacílio Machado Júnior.

O trabalho da equipe do Pós-Morar começa logo após a inaugura-

ção dos conjuntos habitacionais e a entrega das chaves aos moradores. A cada comercialização de conjunto habitacional é feita uma palestra pela Cohab Minas no município e distribuído um folder informativo sobre os direitos e deveres do mutuário.

Parceria é fundamental

A parceria com as prefeituras é fundamental para o sucesso do Gestão Pós-Morar, pois a administração

municipal é o canal de comunicação inicial com os mutuários. Cabe à equipe de assistência social do município elaborar e executar, com apoio da Cohab Minas, o projeto social junto aos mutuários.

Outras entidades sociais também podem ser envolvidas, como associações culturais, esportivas e organizações não governamentais, com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida e a convivência dos mutuários nos conjuntos habitacionais. “O Pós-Morar mostra o nível de responsabilidade da Cohab Minas ao não abandonar os seus mutuários. Aplaudo essa iniciativa, pelos serviços desempenhados com responsabilidade e, acima de tudo, feito com muito carinho e respeito”, afirma José Domingos, Secretário de Assistência Social do município de Baependi, onde a Cohab Minas inaugurou o Condomínio Residencial Vitória de Souza Castro, em dezembro de 2011.

“Acreditamos nessa proposta. A qualidade de vida do cidadão mineiro é uma preocupação constante do governador Antonio Anastasia e dessa forma a Cohab Minas tem dado a sua contribuição”, finaliza o presidente da companhia.

Mutuários do município mineiro de São Domingos do Prata recebem instruções sobre a nova moradia durante reunião com equipe do Gestão Pós-Morar, da Cohab Minas



Vagner Luiz



+ de 2 milhões de m² construídos

Uma empresa inovadora, experiente e com capacidade comprovada na realização de obras em que se destacam a Qualidade e os melhores padrões em Prazos e Custos.



Banco de terras

Um endereço dos sonhos para muitos gaúchos e gaúchas.

Um povo que tem orgulho da sua terra já pode ter o mesmo sentimento pela sua casa.

O Banco de terras foi o vencedor do Selo de Mérito, na categoria Relevância Nacional, concedido pela ABC e Agentes Públicos de Habitação e FNSH DU. Um prêmio que valoriza o pioneirismo de um projeto onde áreas públicas desocupadas do Estado são destinadas para a construção de habitações de interesse social. Realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Habitação e Saneamento e Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, vai trazer um prêmio ainda mais importante: qualidade de vida e moradia para os gaúchos e gaúchas.

marins@andrade.com.br



Secretaria de Habitação e Saneamento

Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos



Programa da Reconstrução de Alagoas recebe reconhecimento nacional

Governo de Alagoas foi premiado por projeto habitacional destinado a famílias atingidas por enchentes

O governo de Alagoas foi premiado com o Selo Mérito 2012, durante o 59º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, ocorrido em Brasília, em maio. O prêmio foi um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela equipe de habitação da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), que agiu rapidamente para garantir a contratação de mais de 17 mil casas para famílias atingidas pelas cheias dos rios Mundaú e Paraíba, em 2010.

Naquele ano, o Brasil parou ao ver as notícias das enchentes que assolaram 19 municípios alagoanos. Foi uma das piores tragédias já ocorridas no estado e cidades inteiras ficaram inundadas. A ação do governo teve de ser rápida e eficiente para atender milhares de pessoas atingidas.

O projeto habitacional premiado tem recursos do programa federal Minha Casa, Minha Vida e do Ministério da Integração Nacional e foi elaborado pela equipe da Seinfra, quando, em meio à tragédia, o governador Teotonio Vilela Filho instituiu em Alagoas o Programa da Reconstrução.

Para o Secretário da Infraestrutura de Alagoas, Marco Fireman, a abrangência nacional da premiação é motivo de orgulho para toda a equipe técnica empenha-

da na execução do projeto, que proporciona condições dignas de moradia a milhares de famílias. “Todos os residenciais do programa foram pensados para serem cidades planejadas, com equipamentos públicos e infraestrutura completa”.

O projeto inclui a construção de 17.647 casas, das quais 2.280 já foram entregues. Até o final de 2012, mais 10 mil moradias devem ser inauguradas pelo governo. Os residenciais contam ainda com escolas, creches, postos de saúde, centros de assistência social, áreas de esporte e lazer, além de calçamentos e redes de água, energia e esgotamento sanitário.

Avanço social

Alagoas hoje quebra paradigmas e comemora avanços na infraestrutura, especialmente na habitação. De 2007 para cá, o governo já contratou quase 50 mil moradias. O número é o dobro do registrado em toda a história habitacional alagoana até 2007.

Em 2011, Alagoas foi o segundo colocado do Nordeste no ranking de financiamentos do Minha Casa, Minha Vida. Além dos programas federais, o governo de Alagoas realiza convênios com os municípios, incentivando-os e capacitando-os para adquirir recursos para o setor habitacional.

Residencial no município de Quebrangulo/AL: casas com infraestrutura completa e qualidade de vida



Matheus Sanders



Mais da metade dos municípios de até 50 mil habitantes em MS foram beneficiados com o Programa Minha Casa, Minha Vida

Em Mato Grosso do Sul, o PMCMV Sub 50 é uma parceria que dá certo

Milhares de famílias estão realizando o sonho da moradia digna em Mato Grosso do Sul, desde o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009, e demais programas habitacionais. Somente no estado, foram garantidas a contratação de mais de 50 mil unidades habitacionais, garantindo assim o direito constitucional à moradia.

Já na primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, Mato Grosso do Sul foi contemplado com investimento recorde, beneficiando mais de 50% dos municípios, resultado da união entre os poderes públicos, municipal, estadual e federal.

Esta é uma parceria que está dando certo, e nela destaca-se agora o Programa Minha Casa, Minha Vida destinado aos municípios com população de até 50 mil habitantes,

em que o estado de Mato Grosso do Sul está sendo beneficiado com a construção de 2.197 novas moradias, distribuídas em 53 municípios.

De acordo com o Secretário de Habitação e das Cidades de Mato Grosso do Sul e presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSH DU), Carlos Marun, o estado estabeleceu uma forte parceria para a implementação do programa com todas as prefeituras selecionadas por intermédio de portaria do Ministério das Cidades, publicada no dia 28 de novembro de 2011.

No dia 25 julho de 2012, os Termos de Acordo e Compromisso do programa foram assinados pelo governo do estado, municípios e agentes financeiros credenciados, totalizando o inves-

timento destinado à construção dessas moradias em aproximadamente R\$ 65 milhões de recursos disponibilizados pelos governos federal, estadual e municipal.

“Não aconteceu nem aquela famosa exceção que geralmente existe para confirmar a regra. Não obstante a questão eleitoral, não discriminamos nenhum município. Estamos apoiando 100% das cidades selecionadas”, afirma Marun.

Nesta grande parceria, os municípios participam doando os terrenos, assim como a solução do esgotamento sanitário, já o governo do estado entra com a contrapartida financeira necessária para complementar o subsídio do Governo Federal e concretizar as obras, disponibilizando o valor aproximado de R\$ 5 mil por unidade habitacional. A seleção dos beneficiados é responsabilidade dos municípios.

Essas casas terão a metragem padrão de 41,66 m², sendo todas construídas com revestimento interno e externo, piso cerâmico em todos os cômodos da moradia, azulejos nas paredes em áreas úmidas, sendo todas preparadas para acessibilidade, conforme normas estabelecidas pelo Governo Federal.

Em Curitiba, política habitacional prevê atendimento para moradores de rua

O atendimento é feito com acompanhamento da rede de proteção social do município

Quem vê Sandro Marcos de Oliveira, 33 anos, com a família em seu apartamento no Residencial Vila Mariana, no Tatuquara, em Curitiba, não imagina que até há pouco tempo ele não tinha endereço fixo e morava pelas ruas da cidade. Sandro foi o primeiro beneficiado por uma iniciativa que visa atender com casa própria pessoas em situação de rua.

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) aceita inscrições de moradores de rua em seu cadastro de pretendentes a imóveis. Eles são encaminhados pela Fundação de Ação Social (FAS), entidade que executa a política de assistência social do município.

São pessoas que recebem atendimento da FAS e que, segundo parecer dos técnicos sociais, reúnem condições de administrar uma casa e gerenciar a própria vida. No cadastro da Cohab, os moradores de rua são incluídos no grupo de candidatos que enfrentam vulnerabilidade habitacional. Esse grupo tem direito a uma cota de 3% das unidades dos empreendimentos no programa habitacional de Curitiba.



Sandro Marcos, ex-morador de rua, e sua família recebem casa por meio da Cohab Curitiba

Existem 28 moradores em situação de rua inscritos na fila da Cohab. Eles concorrem por meio dos sorteios a unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida destinada à população de baixa renda, em projetos que são realizados em parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Cohab. Além de Sandro, outros dois moradores de rua foram sorteados e serão contemplados com unidades habitacionais até o final de 2012.

Vitória

Sandro deixou, há 13 anos, a casa dos pais na Região Metropolitana de Curitiba e viveu durante sete anos nas ruas da capital. Depois que ele conheceu o programa Resgate Social da FAS sua vida começou a mudar. Em casas de convivência fez cursos de informática e pintura e ficou internado por

7 meses para se curar do vício em drogas. “Graças a Deus, eu consegui. Foi a maior vitória da minha vida”, conta.

Depois do internamento, começou a trabalhar com pintura e, com o apoio dos técnicos da FAS, se inscreveu na Cohab. Nesta época, conheceu Fabiana, que era mãe de dois filhos (Henrique, 15 anos, e Gabriel, 6), e aí sua vida mudou por completo.

Hoje, Fabiana é sua esposa e mãe do pequeno Gustavo, de 7 meses. Os cinco moram no apartamento do Residencial Vila Mariana. “Estamos muito felizes aqui. O conjunto é ótimo, os meninos jogam futebol na quadra, o menor brinca no parquinho. Por perto tem tudo o que precisamos: unidade de saúde, escola, mercado, ponto de ônibus. Às vezes é difícil acreditar na transformação que aconteceu na minha vida”, destaca ele.

Humanizando a expansão da cidade – Projeto Calama

A cada ano, Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, vem se destacando no cenário nacional. Impulsionada por um crescente desenvolvimento econômico que tem atraído investimentos em setores como o da construção civil, a capital supera a marca de 11.400 habitações de interesse social entregues nos últimos anos. Compromisso de qualidade de vida com a população.

Na gestão do prefeito Nelson Trad Filho, a prefeitura tem viabilizado diversos projetos de urbanização integrada, como o Complexo Imbirussu, o qual requalificou o espaço urbano e promoveu o reassentamento de 850 famílias de áreas de risco, além da implantação de infraestrutura, parque linear e equipamentos comunitários.

Com o impacto deste projeto, a Agência Municipal de Habitação de Campo Grande/EMHA atentou para a possibilidade de estender o benefício a uma regularização fundiária existente no entorno do complexo.

A situação daquela comunidade foi ponderada com os responsáveis técnicos pelo projeto e, com pequenos ajustes, foi possível manter as famílias no local. Vencida a questão objetiva, restava o que visualmente passava a se destacar: as intervenções marcadas por urbanização completa, ao passarem próximas da Rua Calama, fazia com que a precariedade daquelas edificações destoasse da nova feição do local.

A questão ia além do enfoque estético, a autoestima daquelas famílias era o foco e o objetivo era evitar o sentimento de isolamento social.

“Poder, dentro de um projeto grandioso de infraestrutura urbana como o de Campo Grande, atentar de forma tão singular para a questão humana e ver isso traduzido no semblante daquelas famílias é tocante e nos estimula a buscar alternativas. Em alguns casos pode parecer difícil conciliar, mas os paradigmas na gestão pública às vezes precisam de um olhar mais humano para serem



Fotos: EMHA

Rua Calama antes da humanização

quebrados”, relata o diretor presidente da EMHA, Paulo Matos.

A singeleza do que se apresenta nas fotos, casas com as fachadas trabalhadas de forma conjunta, realçadas pelo toque preciso de cores, calçadas padronizadas, dentre outras melhorias nas edificações, passa longe de representar o engajamento e a sensibilidade que o trabalho demandou.

O sucesso da ação o credencia como projeto-piloto, já que seus fundamentos, resumidos na abordagem singular do cidadão na expansão da cidade, já refletem em outros em fase de planejamento.



MORADIA DIGNA PARA TODOS

Ajude a fortalecer a causa da habitação de interesse social no Brasil. Filie-se à ABC!

A ABC é uma entidade nacional que apoia e promove a troca de experiências entre os agentes públicos de habitação dos estados e municípios.

Trabalha junto com o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação e Desenvolvimento Urbano e contribui com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela política habitacional.

Os associados recebem as notícias mais relevantes sobre habitação – inclusive dos órgãos que a ABC integra –

e podem participar dos principais seminários, oficinas e encontros técnicos do setor; fazer parte do Fórum Nacional de Habitação e concorrer ao Prêmio Selo de Mérito de projetos habitacionais.

Os filiados da ABC contam com uma estrutura em Brasília facilitando o acompanhamento dos seus projetos.

Podem ser filiados à ABC: as companhias de habitação e os estados e os municípios, através das suas secretarias, departamentos ou autarquias.

A ABC INTEGRA O: CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES • CONSELHO CURADOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO SALARIAL • COMITÊ DE RECURSOS DO SEGURO HABITACIONAL • COMITÊ NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA HABITAÇÃO • SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÕES TÉCNICAS • COMISSÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS DA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO INMETRO.

Para mais informações, acesse: <www.abc.habitacao.org.br> ou escreva para: abc@abc.habitacao.org.br



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

www.forumdehabitacao.blogspot.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO

www.abc.habitacao.org.br